

A RUA DO ATERRO DA BOA VISTA E A CONSOLIDAÇÃO DO EIXO URBANÍSTICO DO RECIFE NO OITOCENTOS

BRUNO VITORINO SILVA AGUIAR*

Resumo: *O Recife nasce «Povo» no extremo sul do istmo que partia de Olinda. A expansão de sua malha urbana em direção ao continente é um processo que se desdobra por quase três séculos, iniciando-se com a ocupação holandesa (1630-1654) e o desencadeamento de sua urbanização embalada pelo comércio açucareiro. Após a reconquista de Pernambuco, o Recife segue em busca do continente pressionado pelo crescimento econômico e demográfico. O grande aterro realizado na zona da Boa Vista em meados do Setecentos possibilita a construção da nova ponte que permite o efetivo adentramento do núcleo expandido na zona continental e o surgimento da rua do Aterro da Boa Vista. A Abertura dos Portos, em 1808, intensifica o desenvolvimento do Recife, consolida o predomínio da rua do Aterro no espaço urbano e define o eixo urbanístico que marca a cidade oitocentista.*

Palavras-chave: *Urbanismo; História da arquitetura; Recife.*

Abstract: *Recife arise «Povo» in the extreme south of the isthmus that started from Olinda. The expansion of its urban mesh towards the continent is a process that unfolds for nearly three centuries, starting with the Dutch occupation (1630-1654) and the unleashing of its urbanization driven by the sugar trade. After the reconquest of Pernambuco, Recife continues in search of the continent pressured by economic and demographic growth. The large landfill made in the Boa Vista area in the mid-18th century enables the construction of a new bridge that allows the effective entry of the expanded nucleus into the continent and the emergence of Rua do Aterro da Boa Vista. The Opening of the Ports, in 1808, intensified the development of Recife, consolidated the predominance of Rua do Aterro in the urban space and defined the urban axis that marks the 19th century city.*

Keywords: *Urbanism; History of architecture; Recife.*

1. O POVO DOS ARRECIFES: OS PRIMÓRDIOS URBANÍSTICOS DA CAPITAL PERNAMBUCANA

O «Povo». Assim era conhecido na segunda metade do século XVI o diminuto povoado situado no extremo sul da península ligada à vila de Olinda, sede da empresa colonial lusitana na capitania de Pernambuco. Geograficamente localizado entre o mar e a confluência dos rios Beberibe e Capibaribe, protegido por um banco de recifes areníticos e com uma barra de águas tranquilas e profundidade suficiente para o

* Universidade do Porto. Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual pela Universidade do Porto (U.Porto). É doutorando em Estudos do Patrimônio e História da Arte na U.Porto e investigador do CITCEM-FLUP (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). Email: bvaguair@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5968-9207>.

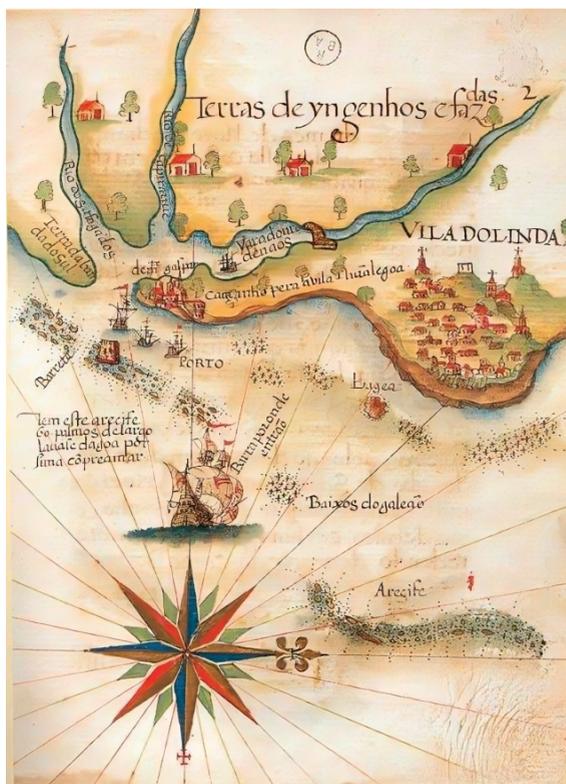


Fig. 1

Vila de Olinda e Porto do Recife, c. 1582-1585, [Luís de Teixeira]. Acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda (Portugal)
 Fonte: *Wikipédia [online]*. [Consult. 12 fev. 2021]. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vila_de_Olinda_e_Porto_do_Recife_-_Mapa_de_Lu%C3%ADs_de_Teixeira_-_c_1582-1585.jpg>

funcionamento de um ancoradouro¹, o «Povo dos Arrecifes» ou «Porto dos Navios»² figurou durante toda a primeira fase da colonização portuguesa como porto natural para, principalmente, o escoamento da produção açucareira de Olinda e dos engenhos situados nas áreas continental e interiorana da capitania.

No fim do istmo, de onde partiam as cargas de açúcar e, em menor quantidade, as toras de pau-brasil para a metrópole e chegavam víveres e produtos de luxo para a aristocracia olindense³, a população trabalhava no carregamento e descarregamento das embarcações, habitando uma embrionária estrutura urbana⁴ erigida sem um plano predefinido⁵ ante a disponibilidade de terra seca.

As limitações impostas à construção pela escassez de solo eram superadas com a realização de aterros⁶, gerando uma expansão, embora não planeada, regida tanto

¹ MELO, 2012: 49.

² SETTE, 2018: 44.

³ SETTE, 2018: 44-46.

⁴ REINALDO, ALVES, 2013: 2.

⁵ CAVALCANTI, 1977: 63.

⁶ COSTA, 1983a: 114.

pela experiência construtiva angariada desde os primórdios da povoação quanto por certo senso de racionalidade na organização dessa incipiente trama urbana⁷.

2. O PERÍODO HOLANDÊS: O PLANEJAMENTO URBANÍSTICO E A EXPANSÃO TERRITORIAL DO RECIFE

A dominação holandesa do outrora Povo dos Arrecifes suscita a efetiva ocupação do istmo, o início de seu processo de urbanização⁸ e igualmente o princípio de sua marcha territorial enquanto cidade em direção ao continente⁹.

O afluxo de pessoas aumentou a demanda por habitações na povoação peninsular. Assim, a Companhia das Índias Ocidentais, para viabilizar a exploração comercial da produção açucareira pernambucana e assegurar os lucros dela advindos o quanto antes, precisava dar solução à questão premente dos alojamentos. O espaço peninsular era limitado e, apesar da manutenção dos esquemas construtivos sobre lotes estreitos, insuficiente para o adequado funcionamento das engrenagens mercantis do açúcar. Esta foi uma das razões pela qual, desde os primórdios da ocupação, os neerlandeses riscaram plantas e planos urbanísticos que abarcavam não apenas o istmo, mas a pouco construída Ilha de Antônio Vaz¹⁰.

O crescimento da povoação, o surgimento de ruas paralelas e a verticalização das arquiteturas desorganizaram a paisagem urbana do Recife¹¹. Ademais, a questão das moradias e arrendamentos atingiu o paroxismo do insustentável pela falta de alojamentos e pelos preços elevados dos aluguéis cobrados pela Companhia. Não havia outra opção senão a expansão do tecido urbano do istmo em direção à Ilha de Antônio Vaz¹², o que foi levado a cabo por Maurício de Nassau. Desta forma, a ocupação ordenada da mencionada ilha, denominada Cidade Maurícia, território onde efetivamente o urbanismo holandês atuou¹³, dá-se segundo traça do arquiteto Pieter Post¹⁴, datada de 1639.

Com o aumento populacional e o desenvolvimento de dois núcleos urbanos, era necessário comunicar o Recife à Cidade Maurícia. O sistema de travessia por meio de pequenos barcos mostrava-se precário para a circulação das gentes e do açúcar¹⁵ que vinha para expedição no porto. Assim, por ordem de Nassau, uma ponte foi construída no período de 1641 a 1644, partindo da Ilha de Antônio Vaz em direção ao istmo.

⁷ MENEZES, 2015: 20.

⁸ REINALDO, ALVES, 2013: 2.

⁹ JUREMA, 1971: 28-29.

¹⁰ CAVALCANTI, 1977: 61.

¹¹ MENEZES, 2015: 20.

¹² BARRETO, 1994: 31.

¹³ MENEZES, 2015: 21.

¹⁴ BARRETO, 1994: 33; GALVÃO, 2006a: 20-21; MENEZES, 2015: 40; SETTE, 2018: 50.

¹⁵ BARLÉU, 2018: 215-216.

Neste ínterim, Nassau mandou construir outra ponte com o propósito de viabilizar o trânsito de pessoas do continente à Ilha de Antônio Vaz e ao Recife. Esta ponte foi construída no terreno comprado por Nassau à Companhia, ao lado de sua casa de campo, o palácio da Boa Vista. Edificado no extremo oeste da Ilha de Antônio Vaz, fronteiro ao continente, o palácio foi concebido para o descanso do conde¹⁶, contudo guardava outrossim serventia defensiva, funcionando como uma espécie de posto avançado de proteção da ilha das eventuais incursões da resistência luso-brasileira, o que justifica a construção da ponte à sua sombra¹⁷. Partindo à esquerda do edifício, a ponte em madeira seguia em linha reta sobre o Capibaribe até defletir, à altura do talvegue do rio¹⁸, para a esquerda seguindo até uma fortificação situada nas imediações da entrada da atual rua Velha¹⁹.

Do ponto de vista urbanístico, este equipamento representa o primeiro contato do Recife com a zona continental, sintoma de uma expansão territorial por vir cujo resultado será o afloramento do bairro da Boa Vista. Mais ainda, olhadas em conjunto sob a lente do planeamento urbano, as duas pontes construídas no período holandês constituem um primitivo eixo urbanístico, pois, além de transformarem a «região portuária em ponto axial do desenvolvimento da cidade»²⁰, tais equipamentos definiram a direção da expansão urbana do Recife, mesmo após a reconquista portuguesa²¹.

Toda a configuração do espaço urbano do Recife e da Ilha de Antônio Vaz após a gestão nassoviana está fixada no mapa traçado por Cornelis Golijath em 1648. Nele é possível ver o desenvolvimento dos dois pólos. O Recife, zona portuária, acha-se mais construído, numa trama não planeada, porém racional, que se adensou concentrando as residências burguesas, armazéns e demais atividades portuárias. Em contraponto, a Ilha de Antônio Vaz, notadamente residencial, comercial e administrativa, exhibe a regularidade de um tecido urbano planificado, plano que ordena e hierarquiza o território: ao extremo norte, apartada do restante, a seção nobre com o palácio de Friburgo e seus equipamentos integrados; ao centro, o grande mercado; ao sul, a área residencial. Comunicando os núcleos urbanos entre si e estes com o continente, as pontes, uma integração embrionária das partes da futura cidade do Recife. O continente permanecia predominantemente rural e pouco construído, marcado pelos engenhos, suas povoações envolventes e a produção açucareira.

¹⁶ BARLÉU, 2018: 218.

¹⁷ GALVÃO, 2006a: 22

¹⁸ SILVA, 2021: 94.

¹⁹ GALVÃO, 2006b: 29 e MENEZES, 2015: 49.

²⁰ ALMEIDA, MARINHO *apud* REZENDE, 2002: 153.

²¹ ALMEIDA, MARINHO *apud* REZENDE, 2002: 154.



Fig. 2. Detalhe da carta *Perfect Caerte der Gelegen theyt van Olinda de Pharnambuco Mauritsstadt ende t'Reciff gecartaert door Cornelis Golyath, 1648*, de Cornelis Golijath. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil [online]. [Consult. 2 dez. 2021]. Disponível em <http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=14>

3. O RECIFE PÓS-HOLANDÊS: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM E A BUSCA PELO CONTINENTE

A derrocada holandesa e a reconquista lusitana dos territórios brasileiros propiciam novo impulso urbanístico da trama expandida do Recife. O rastro de destruição deixado pelos conflitos demandou um grande esforço construtivo, em especial na Ilha de Antônio Vaz²².

Com a expulsão dos neerlandeses, o fluxo de portugueses a Pernambuco é retomado, predominando mercadores e mestres de ofício os quais se apresentavam para ocupar os espaços deixados pelos holandeses²³. Por sua vez, a normalização do

²² GALVÃO, 2006b: 29.

²³ MOURA FILHA, 2010: 361.

comércio entre a capitania e o reino põe novamente as engrenagens da economia a se mover, gerando condições propícias para outra onda de desenvolvimento urbano.

Assim, emerge no Recife uma nova classe comerciante financeiramente bem-sucedida que precisa de espaços de afirmação do prestígio social, o que suscita, a partir da segunda metade do século XVII, a ação das irmandades religiosas e o levantamento de várias igrejas que transformam a paisagem urbana e contribuem para a expansão da malha construtiva recifense, num processo que se espraia pelo século XVIII²⁴.

No tocante à arquitetura civil, a pujança construtiva não foi diferente, alimentada pelo aquecimento da economia e pelo aumento populacional dela decorrido²⁵. Apesar dos problemas com a falta de terreno, o Recife não parou de crescer. Novos aterramentos ao mar e ao rio permitiram a ampliação de seu perímetro urbano e o levantamento de sobrados de dois, três e quatro andares, tumultuando ainda mais a paisagem da freguesia. Do outro lado do rio, os mesmos fatores econômico-populacionais transformam a agora Ilha de Santo Antônio. A norte, a povoação (e futura freguesia) homônima à ilha consolidava-se enquanto zona comercial, local onde se multiplicam inúmeros sobrados com o percurso do tempo. Já a sul, no lugar onde surgirá o bairro de São José, o prédio ao rés do chão domina o espaço construído, imputando à zona um caráter notadamente residencial.

4. O SURGIMENTO DA RUA DO ATERRO DA BOA VISTA E A CONSOLIDAÇÃO DO EIXO URBANÍSTICO DA CIDADE OITOCENTISTA

O contato com o continente é reafirmado pela substituição da velha ponte da Boa Vista do tempo dos holandeses por outra também em madeira, mas levantada um pouco mais ao norte, no final da rua Nova, durante o governo de Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)²⁶. Sua construção demandou a realização de dois aterros: um menor no lado de Santo Antônio, aumentando a rua Nova a oeste; o outro, vultoso, na Boa Vista²⁷. É este aterro que viabiliza o desígnio comunicativo da nova ponte da Boa Vista e permite o efetivo adentramento da malha urbanística iniciada no istmo na zona continental após séculos de gradual expansão. Segundo Mário Sette:

O Recife crescerá. Da península à ilha e desta ao continente eram três florescentes. O comércio abrangerá todos. No da Boa Vista uma larga faixa de mangues posta em enxuto tomara o nome de Aterro e por ali se alinhara casario de uma bonita rua de moradas e de boticas²⁸.

²⁴ MAIA, MENEZES, 2019: 15 e SILVA, 2021: 18.

²⁵ GALVÃO, 2006a: 30.

²⁶ CAVALCANTI, 1977: 135 e COSTA, 1983b: 148.

²⁷ CAVALVANTI, 2018: 100.

²⁸ SETTE, 2018: 57.



Fig. 3. Pormenor do *Plano topo-hidrographico do porto e cidade de Pernambuco*, 1848, de Elisiario Antonio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil [online]. [Consult. 2 dez. 2021]. Disponível em <http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=64225>

O escritor recifense refere-se ao surgimento do Aterro da Boa Vista e do arruamento homônimo, local de onde irradia, na zona continental, em toda a sua força, a desenvolvimento urbanística trazida pela expansão territorial do núcleo primitivo da cidade. E assim o entendemos, pois, se por um lado, na Boa Vista *circa* 1750 «os grandes sítios da povoação já estavam retalhados, e bastante desenvolvida a construção de prédios urbanos»²⁹; por outro, a nova ponte modifica o sentido da ocupação territorial do povoado: da zona sul, onde terminava a velha ponte holandesa, desembocando nas construções e arruados situados nos entornos da primeira rua de São Gonçalo³⁰, para a zona oriental, mais a norte, tornada disponível pelo mencionado terrapleno e «ainda sem nenhuma construção»³¹.

²⁹ COSTA, 1983b: 432.

³⁰ SILVA, 2021: 96.

³¹ CAVALCANTI, 1977: 254.



Fig. 4. Detalhe da *Planta das cidades de Recife, Olinda e seus arrabaldes* copiada por Ildefonso Idílio de Souza Lobo, [1850-1862]. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil [online]. [Consult. 2 dez. 2021]. Disponível em <http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22651>

Mais ainda, a nova estrutura comunicativa desloca o primitivo eixo urbanístico outrora balizado pelas pontes erigidas pelos holandeses e termina por estabelecer a rua surgida com a construção de prédios nos terrenos laterais do aterro³², isto é, a mencionada rua do Aterro, como a principal³³, logo, novo e definitivo centro da expansão urbanística da Boa Vista na viragem do século XVIII para o XIX.

Rua do Aterro logo tornada pelo frenesi econômico e urbanístico do Oitocentos decorrente da Abertura dos Portos, em 1808, numa das principais e mais valorizadas do Recife, seção final de um novo eixo urbanístico, uma espécie de espinha dorsal da cidade oitocentista constituída na travessia de suas temporalidades. Em outros termos, um «eixo central de circulação da cidade»³⁴ realinhado pela rua do Aterro da Boa Vista que se firma importante sistema de comunicação, mantendo a zona portuária como ponto focal, integrando os demais núcleos urbanos do Recife e possibilitando o

³² CAVALCANTI, 1977: 255 e COSTA, 1984: 99.

³³ KOSTER, 1816: 7.

³⁴ SILVA, 2021: 98.

seu contato com as áreas produtivas do interior. Eixo este iniciado na rua da Cadeia, freguesia de São Frei Pedro Gonçalves (bairro do Recife), que cruza a ponte do Recife, adentra o bairro de Santo Antônio pela rua do Crespo, passa o Largo da Independência e a rua do Cabugá até chegar à rua Nova, atravessar a ponte da Boa Vista e finalmente alcançar a dita rua do Aterro. Não sem razão, os engenheiros membros da «Comissão do Melhoramento do Porto [de Pernambuco]», Elisiário Antônio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira, diagnosticam a centralidade desse cordão urbanístico para o sistema viário da cidade e o registram no plano topo-hidrográfico que traçam em 1848 no âmbito da dita comissão (*vide* Fig. 3).

Assim, a rua do Aterro da Boa Vista chega à metade do século XIX profundamente atrelada à vida da cidade. Seu pavimento macadamizado, seu adensamento construtivo³⁵, a atenção que lhe dispensava a edilidade recifense na cronologia³⁶ e até mesmo a remodelação monumental ao gosto neoclássico da fachada da igreja matriz situada no fim da rua constituem elementos factuais da proeminência assumida pela via num Recife de intensos frêmitos modernizadores. Neste sentido, promover o enquadramento da rua do Aterro em seu tempo possibilita-nos, mais do que uma reconstituição inferida das fontes e da bibliografia, desvelar uma rua impregnada do sentido de progresso de uma época.

FONTES IMPRESSAS

- BARLÉU, Gaspar (2018). *História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, 1634-1644*. Recife: CEPE.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006a). *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. 2.^a ed. Recife: CEPE, vol. III (Q-R).
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006b). *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. 2.^a ed. Recife: CEPE, vol. IV (S-Z).
- KOSTER, Henry (1816). *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <<https://archive.org/details/travelsinbrazil00inkost/page/n7/mode/2up>>.
- KRATIF, Abdallah-el (pseudônimo) (1857). *A Carteira*. [...] *O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organização de uma correspondência predial nesta cidade*. «Diário de Pernambuco». N.º 245 (26 de outubro de 1857) 1. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9436>.
- MELLO JUNIOR, Luiz de França e (1843). *Camara Municipal da Cidade do Recife. Sessão [sic] extraordinária em 14 de junho de 1843*. «O DIÁRIO NOVO». N.º 133 (21 de junho de 1843), 2. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/709867/1045>>.

³⁵ KRATIF, 1857: 1. Trecho: «A [rua] do Aterro que he uma das mais vastas, regulares e das mais bellas, he macadamizada, a primeira por onde se entra para o bairro [freguesia da Boa Vista]; tem oitenta e seis edificios, em geral mui elegantes: dez de um andar, vinte e sete de dous, dezeseite de tres, e trinta e duas terreas».

³⁶ MELLO JUNIOR, 1843: 2. Excerto: «Outro [ofício] do arrematante da obra da rua do atterro, João Ignacio Avila, participando ter concluido a mesma obra, a fim de q'a camara, em conformidade com do contracto, a mandasse inspecionar: inteirada, e deliberou que fosse remetido aos Srs. vereadores Costa Monteiro, por empedimento dos Srs. vereadores Oliveira, e Carneiro Monteiro, para conjuntamente com o engenheiro cordeador, examinarem se a referida obra está de accordo com as condições do supracitado contracto».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Ângela Maria Maranhão (1994). *O Recife através dos tempos: formação de sua paisagem*. Recife: FUNDARPE.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra (2018). *Enciclopédia Urbana do Recife*. Recife: Poço Cultural.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra (1977). *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Cultura.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983a). *Anais Pernambucanos*. 2.^a ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, vol. 2 (1591-1634).
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983b). *Anais Pernambucanos*. 2.^a ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, vol. 3 (1635-1665).
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984). *Anais Pernambucanos*. 2.^a ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, vol. 6 (1740-1794).
- JUREMA, Aderbal (1971). *O sobrado na paisagem recifense*. 2.^a ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- MAIA, Gustavo (fotos); MENEZES, José Luiz Mota (textos) (2019). *Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares no Recife: a arte da imagem*. Recife: Bureau de Cultura.
- MELO, Mário Lacerda de (2012). *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. 2.^a ed. revista. Recife: CEPE.
- MENEZES, José Luiz Mota (2015). *Ruas sobre as águas: as pontes do Recife*. Recife: CEPE Editora.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde (2010). *Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX*. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, coord. *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPES, pp. 359-378.
- REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo Maia (2013). *Origem da Expansão Urbana do Recife: Divisão do solo e configuração da trama urbana*. In *V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. Barcelona e Buenos Aires, junho/2013*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <<https://upcommons.upc.edu/handle/2099/14495>>.
- REZENDE, Antônio Paulo (2002). *Recife. Histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- SETTE, Mário (2018). *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: CEPE Editora.
- SILVA, Leonardo Dantas (2021). *Arruando pelo Recife*. 2.^a ed. Recife: CEPE Editora.